



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**



**Programa de Aquisição de Alimentos:**  
**Análise dos Impactos Socioeconômicos do Programa na Microrregião de Picos-PI**

**Food Acquisition Program:**  
**Analysis of the Socioeconomic Impacts of the Program in the Microregion of Picos-PI**

Pedro Michel Moura de Araujo Veloso<sup>1</sup>, Sara Santos Moura Soares<sup>2</sup>, Carolina Maria Furtado Matos<sup>3</sup>

PICOS, PI  
2019

---

<sup>1</sup> *Graduando em Administração pela UFPI;*

<sup>2</sup> *Graduanda em Administração pela UFPI;*

<sup>3</sup> *Professora da UFPI, Mestre, Orientadora.*

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí**  
**Biblioteca José Albano de Macêdo**

**V437p** Veloso, Pedro Michel Moura de Araujo.  
Programa de aquisição de alimentos: análise dos impactos socioeconômicos do programa na microrregião de Picos-PI. / Pedro Michel Moura de Araujo Veloso; Sara Santos Moura Soares. -- Picos,PI, 2019.  
27 f.  
CD-ROM 4 ¾ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.  
“Orientador(A): Profa. Me. Carolina Maria Furtado Matos.”

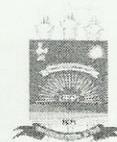
1. Agricultura Familiar. 2. CDS. 3. PAA. 4. Políticas Públicas – Campo. I. Soares, Sara Santos Moura. II. Título.

**CDD 338.162**

*Elaborada por Rafael Gomes de Sousa CRB 3/1163*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.  
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA**  
**DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Pedro Michel Moura de Araújo Veloso  
Sara Santos Moura Soares

**Programa de Aquisição de Alimentos: Análise dos Impactos**  
**Socioeconômicos do Programa na Microrregião de Picos-PI**

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

**Aprovado(a)**

**Aprovado(a) com restrições**

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 14 de novembro de 2019

Carolina Maria Furtado Matos

(Orientadora – Carolina Maria Furtado Matos, Ma.)

Itamara Lima Matos

(Membro 1 – Itamara Lima Matos, Esp.)

Glauber Jonny e Silva

(Membro 2 – Glauber Jonny e Silva, Esp.)

## RESUMO

Este artigo pretende analisar como o programa de aquisição de alimentos operacionalizado pela Conab influencia nos aspectos sociais e econômicos dos agentes beneficiados da microrregião de Picos-PI. Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo, mostrando que tem um peso importante para a economia brasileira (PORTAL BRASIL, 2018). Este estudo irá analisar o potencial da agricultura familiar no panorama socioeconômico picoense, considerando que, apesar dos desafios o setor vem passando por avanços promovidos pelas políticas públicas de fortalecimento. O percurso metodológico deste trabalho ampara-se na abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso complementado na análise documental, constituindo-se uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Lançou-se mão da entrevista como instrumento de coleta de dados, com respaldo em roteiros semiestruturados. Os resultados obtidos apontam que o programa impacta nos aspectos socioeconômicos, possibilitando o poder de compra sobre necessidades básicas dos pequenos agricultores, melhorias na alimentação tanto aos beneficiários fornecedores, quanto os recebedores. Além de estimular o interesse pelo desenvolvimento da produção de base agroecológica. No entanto, verificamos que ainda há pouca assistência técnica voltada a produção agrícola.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; CDS; PAA; Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This paper analyzes how the food acquisition program operated by Conab influences the social and economic aspects of the beneficiaries of the Picos-PI microregion. Family farming in Brazil is the 8th largest food producer in the world, showing that it is important for the Brazilian economy (PORTAL BRASIL, 2018). This study will analyze the potential of family farming in the socioeconomic scenario of Picos, considering that, despite the challenges, the sector is experiencing advances promoted by strengthening public policies. The methodology is based on the qualitative approach, through a complemented case study by document analysis, constituting an exploratory and descriptive research. The interview was used as a data collection instrument, supported by semi-structured scripts. The results show that the program impacts the socioeconomic aspects, enabling the purchasing power over basic needs of small farmers, improvements in food for both beneficiaries and recipients. In addition to stimulating interest in the development of agro-ecological production. However, we find that there is still little technical assistance focused on agricultural production.

**Keywords:** Family Farming; CDS; PAA; Public Policy.

## 1 INTRODUÇÃO

Em discussões sobre a construção de políticas públicas no Brasil a agricultura familiar vem ganhando notoriedade, mostrando a relevância dessa categoria social para o desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado no meio rural. No ano de 2014, o Brasil saiu pela primeira vez do mapa da fome da ONU, consequência de um empenho político que combinou as políticas públicas de fortalecimento à agricultura familiar e a rede socioassistencial com os programas de transferência de renda (GARRIDO, 2015).

No entanto, a gênese das políticas públicas voltadas a esse setor é marcada por algumas fragilidades em seus processos. A incontestável importância econômica e social da agricultura familiar no Brasil contrasta com as condições em que ela se formou, marginalizada no processo histórico de constituição da desigual estrutura fundiária e em geral esquecida pelas principais políticas agrícolas, (SOUZA e BARBE, 2014).

Esse cenário começou a mudar a partir da década de 1990. Onde as primeiras ações nacionais direcionadas para a agricultura familiar resultaram da pressão de movimentos sociais ligados aos sindicatos rurais, culminando no desenvolvimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A elaboração de políticas públicas, que têm como foco a agricultura familiar, é direcionada a financiamentos do desenvolvimento rural, fortalecer o produtor rural através de assistências técnicas, geração de emprego e renda aos pequenos agricultores familiares, e como resultado melhorar o bem-estar global do indivíduo, seja nos aspectos sociais e/ou econômicos. Essas atividades segundo Müller, Silva e Schneider (2012) contribui para a legitimação das ações do Estado neste segmento e o reconhecimento social da importância da categoria social na sociedade brasileira.

Neste contexto, o presente estudo objetiva compreender como o Programa de Aquisição de Alimentos executado pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB influenciou nos aspectos sociais e econômicos do público que faz parte do programa na modalidade “Compra com Doação Simultânea - CDS”, na microrregião de Picos. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA instituído pela Lei 10.696, de 02 de julho de 2003, que tem como principais objetivos a promoção da segurança alimentar e nutricional da população e a garantia de renda para a agricultura familiar.

O PAA além de ser uma ação do Governo Federal criada para contribuir com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, destacamos também a importância do programa como uma ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, que é umas das principais marcas do PAA. Analisando entre as modalidades, a compra com doação simultânea, podemos destacar ainda a importância do programa para as famílias e entidades da rede socioassistencial na microrregião da cidade de Picos-PI.

Considerando a importância do tema e sua dimensão social, onde envolve um público de baixa renda que são beneficiados por uma política pública, é necessário que haja uma maior preocupação e estudos que fundamentam a área e com isso posto, se entenda a grandeza e impacto do programa na vida de seus beneficiários, como também a viabilidade da aplicação e persistência desse programa. Além do aspecto social, por consequência existe também um impacto na dimensão econômica para desenvolvimento da região.

Desde sua criação, vários estudos e avaliações já foram realizados, subsidiando as mudanças promovidas no PAA (TRICHES e GRISA, 2015). Estes trabalhos apontam para as contribuições do programa na sustentação de preços e garantia e melhoria da renda (CERQUEIRA, ROCHA e COELHO, 2006; DIAS e ROCHA, 2015; ORTEGA, JESUS e SÓ, 2006), fortalecimento da política global de combate à fome e promoção de estoques estratégicos (MATTEI, 2007), criação e ampliação de mercados para o segmento da agricultura familiar (SILVA, ROSA e AMODENO, 2014), no incremento da produção e diversificação (HESPANHOL, 2013; LEAL, 2015), na melhoria da qualidade de vida

(SALGADO e SILVA, 2013; MOTA *et al.*, 2014), entre outras.

A análise do PAA tem por base uma pesquisa empírica, que envolve os beneficiários do programa na modalidade ‘CDS’, sendo estes os pequenos agricultores, as associações ao qual fazem parte e as entidades socioassistenciais da microrregião de Picos. Assim a questão traz a seguinte indagação: **como o programa de aquisição de alimentos operacionalizado pela Conab influencia nos aspectos sociais e econômicos dos agentes beneficiados da microrregião de Picos-PI?**

Para responder tal questionamento, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (I) caracterizar as normas e políticas que norteiam a execução do PAA por análises documentais; (II) Identificar melhorias nos aspectos socioeconômicos para os beneficiados do programa de aquisição de alimentos na microrregião de Picos; (III) relatar a existência de dificuldades no processo de implementação do PAA para os beneficiados do programa. Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como o programa de aquisição de alimentos direcionado pela Conab influencia em aspectos sociais e econômicos dos agentes beneficiados da microrregião de Picos-PI.

O trabalho apresenta-se em cinco seções, a contar desta introdução onde realizamos uma breve apresentação do assunto a ser tratado. Na seção seguinte temos o referencial teórico, onde são contextualizados: a Agricultura Familiar no Brasil e o seus conceitos, o Programa de Aquisição de Alimentos, suas diretrizes de execução e as Melhorias e Dificuldades na implementação do PAA. Posteriormente, expôs-se as escolhas metodológicas da pesquisa, seguida da análise dos resultados obtidos. Por fim, realizamos as considerações finais sobre o estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Agricultura Familiar no Brasil

De acordo com o levantamento do Portal Brasil (2018) com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Banco Mundial e do IBGE, a agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo, mostrando que tem um peso importante para a economia brasileira, com um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, caso o País tivesse só a produção familiar, ainda assim estaria no top 10 do agronegócio mundial, entre os maiores produtores de alimentos.

Segundo Altafin (2010) a agricultura familiar brasileira teve origem em cinco grandes grupos: os índios; os escravos africanos; os mestiços; os brancos não herdeiros; e os imigrantes europeus. Apesar de diferentes, todos estes estão ligados por uma única identidade que ainda segundo a autora é a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem.

Souza Filho (2004) relata que no Brasil, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, surgidas após a década de 90, ocorreram muito mais da necessidade de o Estado intervir na crescente exclusão social, principalmente da população agrícola, como também pela pressão exercida pelos movimentos sociais, que estiveram mais presentes no setor rural do que como geração de desenvolvimento.

Para a definição de agricultura familiar as explicações se baseiam em algumas características como unidade de parentesco, a mão de obra utilizada, a unidade de produção agrícola, as técnicas utilizadas na produção e a renda gerada pelas atividades. É possível reconhecer um consenso: “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados” (CARNEIRO, 1999, p.329). No entanto, para alguns autores essas definições são insuficientes para essa caracterização, para Buainain (2007) nenhuma forma de conceituar a agricultura familiar será suficiente ou satisfatória, em termos gerais, pode-se definir como variável básica de

entendimento a utilização da mão-de-obra familiar.

De acordo com Delgado (2013), ocorre uma pluralidade de concepções legais de agricultura familiar com vigência simultânea no presente: Propriedade Familiar (Lei 4.504/64), Regime de Economia Familiar (Lei complementar 11/71 e Constituição Federal de 1988), Pequena Propriedade (Lei 8.629, de 25/02/93), Agricultor Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006), e Agricultor Familiar em Extrema Pobreza (Lei nº 12.512/2011).

O Governo Federal ainda sob o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda e dez anos depois cria a Lei nº 11.326/06 que direciona para formulação das política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Através da Lei nº 11.326/2006 pode-se ter um reconhecimento e direcionamento da heterogeneidade dessa categoria social no Brasil. Para a execução das políticas públicas voltadas a este segmento, esta Lei fortifica a base legal do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do seu instrumento básico de aprovação: a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

O Pronaf aparece como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir dele foram criadas outras políticas e programas importantes, visando agregar maiores ações governamentais para este segmento social. Dentre os novos programas que surgiram com o Pronaf estão o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a Lei da Agricultura Familiar; o Seguro Rural; a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);e, mais recentemente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que já existia desde os anos 1950, mas foi reestruturado visando atender a compra de alimentos dos agricultores (MDA, 2016).

Conforme o Art 3º da Lei 11.326/2006 considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

## **2.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**

Por diferentes motivos, os residentes do meio rural no Brasil encontram dificuldades de desenvolver uma agricultura competitiva, a noção da multifuncionalidade, aplicada seja como instrumento de análise dessas categorias sociais seja como instrumento de políticas públicas, permitiria reconhecer, estimular e valorizar formas de inserção social dessa população resgatando-lhe também um sentido de cidadania. (CARNEIRO; MALUF, 2005).

Cruz (2016) considera que os esforços para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) favorecem o surgimento de importantes inovações no campo das políticas públicas, entendidas por uma maior articulação entre os programas/ações de fortalecimento da agricultura familiar e os objetivos estratégicos de combate à fome e à desnutrição, estabelecidos pelo Governo Federal nos últimos anos.

Nesse cenário, uma tentativa do Governo Brasileiro foi possibilitar através de programas governamentais como, por exemplo, o Programa Fome Zero, o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei 10.696, de 02 de julho de 2003. Os recursos utilizados para o funcionamento do PAA são provenientes do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que foi regulamentado pela Lei Complementar nº 111, de

2001.

O PAA é considerado uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, no qual o governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal, adquire alimentos dos agricultores familiares e repassa para pessoas em situação de risco alimentar através de entidades conveniadas (MATTEI et al., 2011). Para Triches e Grisa (2015, p. 22), o PAA está entre as “propostas/políticas consideradas inovadoras” e é nestas condições que é percebida sua interface de implementação enquanto política pública.

As entidades executoras do PAA são os estados, Distrito Federal, municípios, Consórcios Públicos e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A adesão das entidades executoras é feita por meio da formalização de um Termo da Adesão entre elas e o Ministério do Desenvolvimento Social. A Conab é uma parceira das demais entidades na execução do programa. O seu principal papel está em formar estoques públicos de alimentos em todo o País, para posterior repasse aos beneficiários do programa. Além desta função, a Conab também executa a modalidade de compra para doação simultânea no PAA (CONAB, 2016).

O programa foi instituído com o objetivo de vincular o apoio à agricultura familiar, à formação de estoques estratégicos e ao atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar, ou seja, articular a política de segurança alimentar e nutricional à política agrícola e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Para o alcance desses objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e destina-os às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

A leitura técnica e política que precedeu a criação do PAA em 2003, consubstanciada nas “Diretrizes de Segurança Alimentar ao Plano de Safra 2003-2004”, é de que faltava à Política Agrícola brasileira uma ação estruturada dirigida à agricultura familiar produtora de alimentos, como também carecia a segurança alimentar de políticas permanentes de provisão aos grupos sociais diretamente afetados pelo risco alimentar (Delgado, 2013). Que segundo Cruz (2016) O PAA veio para suprir integradamente essas lacunas se configurando como uma política pública de fomento econômico e proteção social.

Para Martins e Cavalcanti (2007) o objetivo do PAA deve ser estruturar-se como polo de demanda institucional para garantir a comercialização da produção da agricultura familiar e também dos assentados pela reforma agrária. Quanto à questão da segurança alimentar, deve objetivar as subvenções ao consumo de alimentos àqueles em situações de risco alimentar.

Mattei (2006), por sua vez, é mais ponderado na avaliação do alcance do programa, o autor limita-se a ressaltar que diante da fragilidade dos canais de comercialização dos pequenos agricultores familiares, qualquer melhoria por meio de uma política que os favoreça, ainda será vulnerável, de maneira que se interrompida, afetará os agricultores que não estejam suficientemente estabelecidos.

Dessa forma, o PAA mostra-se também importante para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, ao valorizar os produtos deste segmento, aproximar produtor e consumidor e ampliar a participação da agricultura familiar no mercado (PAULA et al., 2014). Embora a melhoria de vida não se restrinja ao fator renda, como apontam Sparovek et al. (2007), notou-se que os agricultores beneficiários do PAA possuíam receitas de comercialização da produção quase três vezes superiores às dos não beneficiários; fator que pode ser somado à diversificação e a qualidade da alimentação das famílias (DELGADO et al., 2005).

Porém, vale observar que, segundo Aguiar e Fonseca (2014), apesar de haver uma evolução quanto às políticas públicas no meio rural brasileiro, são também enormes os

desafios enfrentados para a sua implementação, fiscalização e sustentação.

Grisa (2012) salienta que o PAA sofreu algumas mudanças e alterações marginais e incrementais (extinção de modalidade, maior fiscalização e controle social, mudanças nas normativas, valorização de produtos agroecológicos, exigência de percentual mínimo de mulheres), todavia, nada que ameaçasse o compromisso estabelecido entre os diversos atores sociais e o fórum de comunidade de política pública, assumido no ano de 2003.

Desde de seu surgimento, vários estudos e avaliações já foram realizados, subsidiando as mudanças promovidas no PAA (TRICHES e GRISA, 2015). Como estudo do PAA para o desenvolvimento da agricultura familiar e seus impactos na promoção da segurança alimentar e nutricional (Schmitt, C.J, 2005; Delgado, 2005; Mattei, 2007; Muller, 2009), autores apontam o PAA como uma das mais importantes referências de apoio à comercialização governamental (Mattei, 2005 e Muller, 2007) entre outras.

A ampliação do público prioritário, incluindo povos e comunidades tradicionais, no fornecimento de alimentos, tem sido um dos principais desafios para a consolidação do programa. Para possibilitar um melhor funcionamento do programa, este foi dividido em modalidades e formas de operacionalização diferenciadas para atender às necessidades de alimentos dos brasileiros, de acordo com as suas condições de vida.

### **2.3 Compra com Doação Simultânea**

Atualmente a execução do programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. O programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com a SEAD e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A Modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS-PAA) é a mais executada nos estados brasileiros, sendo caracterizada como a compra de alimentos diversos e a doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA), à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2012).

A CDS promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar, além fomentar o desenvolvimento da economia local. Tem a função de estimular a produção da agricultura familiar, apoiando a comercialização por meio da aquisição de alimentos para doação às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por entidades socioassistenciais, e abastecendo equipamentos públicos de alimentação e nutrição – restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. (MDS, 2018)

Isto indica que o PAA enfoca a comercialização dos alimentos oriundos da agricultura familiar articulado com outras políticas, tais como merenda escolar, estoques de alimentos e a assistência alimentar (MULLER et al., 2012).

Os beneficiários fornecedores que são os agricultores(a) devem portar a Declaração de Aptidão ao PRONAF, como também serem formados por povos e comunidades tradicionais (Decreto nº 6.040, de 07.02.2017), extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores(as) rurais e povos indígenas. Sobre as unidades receptoras, são formadas por Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS); os Centros de Referência Especializados para Populações em Situação de Rua (Centro POP); os equipamentos que ofereçam o serviço de acolhimento a famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e entidades organizações de assistência social inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social. (CONAB, 2018)

Considerando a natureza e a estruturação da modalidade, foram se formando três agentes sociais com funções e participação bem distintas: *i*) as organizações proponentes dos projetos, responsáveis por agregar a produção dos agricultores e fornecer os alimentos; *ii*) as instituições beneficiárias da distribuição de alimentos; e *iii*) as organizações e instituições de assessoria (CRUZ, 2016).

**Figura 1- Compra com Doação Simultânea (CDS)**



Fonte: Elaborado pelo TCU (2016)

Chmielewska et al. (2010) observam que a modalidade CDS-PAA integra um acordo de venda e entrega prévia entre produtor e instituição beneficiária, estando fortemente ligada à criação de um circuito local de produção, comercialização e consumo, pois direciona os alimentos adquiridos para instituições cadastradas.

A compra da agricultura familiar para doação simultânea visa atender às demandas locais de suplementação alimentar e nutricional. Para que esse objetivo seja atingido, os agricultores familiares são incentivados a produzir alimentos que serão destinados às entidades de assistência social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e banco de alimentos. Em alguns momentos, se autorizado pelo grupo gestor do PAA, os alimentos poderão ser repassados à rede pública e filantrópica de ensino (PROGRAMA DE AQUISIÇÃO, 2016). Os alimentos adquiridos devem ser exclusivamente da produção de agricultores familiares, perecíveis e integrantes dos hábitos alimentares da região.

A modalidade Doação Simultânea do PAA permite adquirir uma gama de produtos (frutas, legumes, verduras, carnes, doces, peixes, produtos regionais e de extrativismo), ao longo de todo o ano, assim como possibilita que o agricultor participe com os produtos de que ele dispõe e tradicionalmente cultivava em sua unidade produtiva, valorizando a produção regional (VIANA; VIEGAS, 2009).

Desta forma, a modalidade permite o surgimento de uma solidariedade em torno da alimentação, graças aos laços estabelecidos entre agricultores familiares e beneficiários, visto que os produtos destinados a doações são oferecidos para entidades assistenciais, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e, ainda, para cestas de alimentos distribuídas pelo governo federal (PAULA et al., 2014), com efeitos em dimensões sociais, ambientais, econômicas e de produtos (MARQUES et al., 2014).

#### **2.4 Melhorias Socioeconômicas e Dificuldades da Implementação do PAA**

Os benefícios do PAA não envolvem apenas as entidades socioassistenciais e agricultores familiares, mas toda uma união de relações estabelecidas entre a produção e o consumo. O PAA é consideravelmente importante para a economia local, visto que, de um lado, busca estimular o desenvolvimento da agricultura familiar, com o incentivo à participação de mulheres no mercado e cultivo de alimentos orgânicos, como também da

socio biodiversidade; e de outro lado, busca efetivar a segurança alimentar de parte da população brasileira, que ainda vive em situação de risco nutricional.

Vilella (2006), nos relata que ao garantir a compra da produção familiar, possibilita-se maior estabilidade à atividade agrícola e garante-se ocupação e renda ao produtor em seu próprio local, com o que se incentiva a permanência e a inclusão social no campo. Com melhores condições de vida, o agricultor e sua família passam a desenvolver a atividade de forma mais ampla e sistemática, explorando com maior racionalidade o espaço rural.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2010) estabelece uma diferença do PAA em relação às demais políticas de segurança alimentar: as ações do PAA, além de fornecerem alimentos a pessoas em estado de insegurança alimentar, contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar e oferecem oportunidades de trabalho e geração de renda às famílias participantes.

De acordo Vieira e Viana (2006, p. 4). “a distribuição de renda, assegurar a circulação do dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agro biodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional” também fazem parte dos objetivos do PAA.

No universo do campo de estudo, a microrregião de Picos nos últimos quatro anos a Conab executou valores acumulados em mais de 2 milhões de reais, pouco mais de 300 fornecedores e mais de 15 mil consumidores, segundo levantamento junto a Conab/Sureg-PI. A Tabela 1 está demonstrado os recursos aplicados em valores e quantidade de beneficiários, oriundos dos agentes financiadores.

**Tabela 1 – Valores Investidos e Quantidade de Fornecedores e Consumidores**

Ano	Quant. Propostas	Quant. Fornecedores	Quant. Recebedores	Recursos Aplicados
2015	9	130	5.160	1.039.998,66
2016	10	136	4.620	679.986,05
2017	2	27	700	111.188,50
2018	4	56	4.800	319.742,41

Fonte: Conab/PI (2019)

Apesar de apresentar resultados considerados razoáveis, nos últimos anos o governo anunciou cortes em até 40% nos repasses dos recursos para o programa em todo o Brasil que impacta diretamente seus beneficiários, nota-se por exemplo, a redução da quantidade de beneficiários fornecedores da microrregião de Picos, conseqüentemente afetando a agricultura familiar da região.

Além disso, existem limitações que o Programa de Aquisição Alimentar apresenta e que trazem dificuldades em alguns municípios que o utilizam e que podem explicar a não utilização por outros. Dentre essas dificuldades podem ser citadas: a falta de informação acerca do funcionamento do programa, necessidade de aprendizagem dos envolvidos que são responsáveis pela sua execução, a escolha das áreas favorecidas, a infraestrutura e a organização do programa (CORDEIRO, 2007).

Em que pesem as contribuições do PAA, estudos têm demonstrado que o Programa ainda apresenta limitações que dificultam sua operacionalização e melhor desempenho. A literatura tem apontado que os principais limites são a divulgação restrita dessa política pública (SPAROVEK et al., 2007), o desconhecimento por parte dos beneficiários dos objetivos e da dinâmica do programa (GOMES e BASTOS, 2007), inconformidades na seleção dos beneficiários (SPAROVEK et al., 2007; SOARES e BARROS e MAGALHÃES, 2007) e problemas de logística (atraso na liberação de recursos, dificuldades com o transporte dos produtos, obtenção da DAP, falta de assistência técnica, etc.) (CORDEIRO, 2007).

Segundo Almeida (2014), as secretarias municipais de agricultura estão entre aquelas que têm os menores orçamentos e nelas ficam evidentes as dificuldades enfrentadas para que

sejam atendidas demandas rotineiras. Nos últimos Governos Federais, grande quantidade de recursos foi disponibilizada para a área da agricultura, porém, parte desses recursos não pôde ser utilizada por falta de contrapartida pelos municípios. As prefeituras acabam perdendo prazos e não encaminhando projetos por falta de capacidade técnica e tempo disponível para a elaboração desses projetos. No caso específico do PAA, a falta de pessoal capacitado e de infraestrutura dos órgãos municipais que deveriam dar suporte às políticas públicas são os maiores entraves.

Os problemas de infraestrutura que afetam o Brasil interferem diretamente na implementação e na execução do PAA. A dificuldade em transportar os produtos do local de produção até o local de consumo, a falta de transporte adequado para entregar os produtos perecíveis são obstáculos que permanentemente precisam ser enfrentados (ALMEIDA, 2014).

Segundo Cordeiro (2007), a precariedade das estruturas de armazenamento e conservação dos alimentos até o consumo, a falta de profissionais prestadores de serviços de inspeção sanitária (que dificulta a inclusão de alimentos de origem animal), a escassez de luz elétrica para abastecer os equipamentos de refrigeração limitam a participação de muitos agricultores. O mesmo acontece com as entidades beneficiadas que não possuem estrutura adequada para guardarem alimentos não perecíveis, o que faz com que não possam participar do programa (GRISA et al., 2012).

Estudos sinalizam a escolha das áreas favorecidas como um entrave do PAA. O critério de oferta alimentar, de acordo com a demanda de organizações proponentes pelo programa, é por regra seguido para definir quem serão os atendidos. Por certo, o critério utilizado deveria ser ter retorno social, em que a quantidade de pessoas em insegurança alimentar é maior e a agricultura familiar está menos consolidada (SPAROVEK et al., 2007).

Além disso, Triches e Grisa (2015) destacam outros aspectos, como o uso político do programa: “como processos de mudança que são, têm incitado movimentos contrários que fazem uso de retóricas e ações divergentes, utilizando-se destas fragilidades na tentativa de enfraquecê-los e manter o *status quo*” (TRICHES e GRISA, 2015, p. 23).

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como propósito compreender como o programa de aquisição de alimentos operacionalizado pela Conab influencia nos aspectos sociais e econômicos dos agentes beneficiados da microrregião de Picos-PI. Para isso, faz-se necessário um estudo mais aprofundado a fim de analisar a viabilidade de aplicação deste programa.

Dessa forma, para evidenciar a veracidade desse estudo, o procedimento técnico utilizado foi o estudo de caso. Com base nas considerações de Prodanov e Freitas (2013, p.60), o estudo de caso “tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade”. Quanto a abordagem, é de caráter qualitativo. Para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa, tem o objetivo aprofundado em um grupo social, buscando compreender aspectos reais que não podem ser quantificados.

Para Yin (2001) Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. A investigação de um estudo de caso baseia-se em várias fontes de evidências e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados.

Este tipo de pesquisa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais no processo de pesquisa qualitativa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Sobre os objetivos, a pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, estratégia que conforme Gerhardt e Silveira (2009), esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade possibilita alcançar os objetivos propostos, apresentando as características e proporcionando maior familiaridade com a temática.

Os sujeitos abordados foram os pequenos agricultores, os representantes das associações ao qual eles fazem parte e as entidades socioassistenciais (CRAS) na microrregião de Picos, a amostra utilizada foi do tipo não-probabilística para selecionar os sujeitos. Foram entrevistados nove beneficiários fornecedores, três representantes de organização fornecedora e três unidades receptoras.

A coleta de dados foi realizada no mês de outubro de 2019 em três municípios da região de Picos, a primeira na cidade de Paquetá do Piauí em uma comunidade quilombola, seguidas de integrantes da APAC (Associação Piauiense da Agricultura Camponesa) e do MPA (Movimento de Pequenos Agricultores) das cidades de Santa Cruz do Piauí e Geminiano. As entrevistas foram gravadas com auxílio de um gravador de voz e conduzidas mediante roteiros semiestruturados e posteriormente foram transcritas de forma literal.

Uma vez coletados os dados, procedemos a transcrição afim de preservar a originalidade das entrevistas. Quanto a classificação dos entrevistados no decorrer do trabalho. Os beneficiários fornecedores são representados pelas iniciais “BF”, as organizações fornecedoras por “OF” e as unidades receptoras representadas por “UR”.

Para analisar os dados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (1979) pode ser usada para descrever e estudar motivações, atitudes, crenças, tendências, contextos e significados impregnados nas mensagens, como também um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979).

Entre os entraves da pesquisa podemos destacar resistência na aplicação das entrevistas com os pequenos produtores em expressar alguns fatos, como a renda mensal, a assistência técnica durante o projeto, relatar as mudanças socioeconômicas com a aplicação do programa e possíveis dificuldades do programa.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 O contexto socioeconômico dos pequenos agricultores familiares

Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos das entrevistas realizadas com os pequenos agricultores familiares, presidentes ou coordenadores das associações da qual fazem parte e os representantes das unidades receptoras (CRAS). Dentre os entrevistados, os pequenos agricultores familiares residem na zona rural, já os os representantes das unidades receptoras residem nos centros dos municípios pesquisados. O Quadro 1 mostra a caracterização dos pequenos agricultores familiares.

**Quadro 1 – Perfil dos Pequenos Agricultores Entrevistados**

Sujeito	Idade	Sexo	Estado Civil	Filhos	Escolaridade	Profissão	Benefício Governamental
BF1	47	F	Casada	2	Ens. Fund. Incompleto	Lavradora	Bolsa Família
BF2	51	F	Casada	4	Ens. Fund. Incompleto	Lavradora	Bolsa Família
BF3	34	F	Solteira	3	Ens. Fund. Incompleto	Lavradora	Bolsa Família
BF4	41	F	Casada	3	Ens. Médio Completo	Lavradora	Bolsa Família

BF5	51	F	Casada	2	Ens. Fund. Incompleto	Lavradora	Bolsa Família
BF6	59	M	Solteiro	-	Ens. Fund. Incompleto	Agricultor	Bolsa Família
BF7	37	F	Casada	1	Ens. Médio Completo	Agricultora	Bolsa Família
BF8	48	F	Solteira	1	Ens. Fund. Incompleto	Lavradora	Bolsa Família
BF9	43	F	Casada	2	Ens. Fund. Completo	Agricultora	-

**Fonte:** dados da pesquisa (2019)

Observando o quadro 1, constatamos que dos 9 entrevistados, 8 são mulheres e apenas 1 é homem, o que caracteriza uma das prioridades na aquisição do programa, baseada na resolução GGPAA nº 44, de 16 de agosto de 2011, que deve ser respeitado o percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) de mulheres nas propostas, somado aos critérios de ranqueamento que prioriza as propostas que possuem o maior percentual de mulheres. Através dessas políticas públicas inclusivas, as pessoas de baixa renda de forma geral conseguem acesso ao programa, inclusive as mulheres agricultoras fator importante para geração de renda, em grande medida, significa em melhoria da sua condição socioeconômica, da sua autonomia econômica e da ampliação e potencialização da sua organização produtiva. Permite-lhes desenvolver atividades próprias ou complementares à do cônjuge, o que representa uma contribuição do Programa à busca pela igualdade de gênero no campo.

Quanto à escolaridade, apenas duas entrevistadas conseguiram concluir o ensino médio e outra conseguiu concluir ensino fundamental. Os demais entrevistados não conseguiram concluir nem mesmo o ensino fundamental. Nesta pesquisa, notamos que o grau de escolaridade está diretamente relacionado a faixa etária, os entrevistados alfabetizados funcionalmente têm idade acima de 40 anos. Diante dos fatos, podemos perceber o quão desprovido de programas educacionais é a zona rural. Com base na observação das entrevistas, percebemos algumas dificuldades que tinha para ir à escola, tais como financeira, transporte, falta de incentivos, além da necessidade de ajudar os pais na roça.

Em relação à atividade, todos entrevistados se caracterizam como lavradores (agricultores) e tem a atividade agrícola como principal fonte de renda. A maioria dos entrevistados utilizam benefícios provenientes do Governo para complementar a renda familiar e notamos uma dependência direta do programa bolsa família na renda mensal. Ao serem perguntados sobre a renda, muitos tiveram receio em falar valores. Os entrevistados que exercem exclusivamente atividade agrícola estipularam uma média que varia de R\$ 180,00 a R\$ 700,00. Com exceção da entrevistada BF 9, que mencionou ter uma renda familiar de um salário mínimo.

Observou-se certa resistência dos beneficiários em mencionar a renda familiar mensal auferida da atividade exercida, como podemos perceber em algumas falas, BF4: “Minha renda é da roça, sou agricultor... quando eu tô no projeto é mais”. BF6: “Minha renda é o bolsa família e mais umas coisas do sindicato”. Como também na fala da BF5: “Com o projeto agora, nesse tempo é na faixa de uns 600... passou desse período é só o bolsa família”. Nesse sentido, notou-se a grande dependência do programa social bolsa família, o que acarretou em certa rjeza ao se falar de valores por temerem ter sua continuidade no referido Programa afetada caso comentassem sobre o real valor de suas rendas.

Outro dado relevante diz respeito à condição de posse e uso da terra que os beneficiários desenvolvem suas atividades. Apenas os entrevistados BF1 e BF8 afirmaram serem proprietários do local do trabalho. Alguns são assentados da reforma agrária, são eles BF4, BF5 e BF6. Os demais entrevistados trabalham na terra dos pais, e outros trabalham na terra dos sogros. Mas, todos estão de acordo com um dos critérios elegíveis para acesso ao

Programa, pois são considerados beneficiários fornecedores os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

#### 4.2 Identificação das Normas e Políticas de Execução do Programa

Para identificarmos o primeiro contato dos pequenos agricultores familiares com o programa, indagamos aos entrevistados sobre como eles tomaram conhecimento sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, desde quando são beneficiários e os valores recebidos. Ao indagarmos sobre como tomaram conhecimento do Programa, a maioria os entrevistados responderam que tomaram conhecimento através da organização fornecedora, mencionando os representantes das associações, como mostra os relatos de BF1: “Foi através de Naldo aqui” e BF4: “Foi Vitalina que faz parte do MPA e engajou a gente aqui”.

Alguns outros responderam que foi através de familiares ou do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Podemos perceber nas falas, BF6: “É por que eu sou do movimento né, no caso a gente acompanha o governo... aí descobrimos que nós podia vender pro PAA”. BF7: “É por que a minha família já tem vínculo com o MPA... aí gente tá se reunindo, todo mundo junto... aí através do MPA a gente descobriu”. BF8: “A gente ficou sabendo do programa por que minha prima desde quando começou o MPA que ele já trabalhava com o MPA”.

Quando indagamos sobre o tempo em que são beneficiários e os valores recebidos, um dos entrevistados relatou que é fornecedor do programa a cerca de nove anos, relata BF 6: “Desde 2010 pra cá” [...] “Sempre a mesma faixa de preço uns 4 mil por DAP”. Alguns são fornecedores há dois anos como BF1: “desde 2017” [...]“ O primeiro foi três e pouco e esse agora era sete e pouco”. Outra parte dos fornecedores são beneficiários mais recentes do programa, como os relatos de BF7: “A gente começou a entregar em junho” [...] “Era 4 mil por DAP”. “ A gente começou agora... tá com uns dois meses” [...] “O total que vem é 8 mil pra dividir pra oito do projeto”. e BF8: “ Vai dependendo do que a gente faz a entregar”.

Neste caso, percebemos que com o passar dos anos os valores destinados a cada projeto tendem a permanecer na mesma média ou diminuir, bem como a redução do valor recebido por participante nas propostas. Fato que pode está relacionado a diminuição dos recursos aplicados pelo governo nos últimos anos, mencionando anteriormente.

Na pesquisa, abordamos também três representantes de organizações fornecedoras e três receptoras do Programa, dos fornecedores, são duas representantes mulheres ambas trabalham com o programa há 3 anos e um homem que trabalha há 2 anos. São eles os responsáveis pelas associações, por realizarem palestras informativas sobre o projeto, além de orientar os beneficiários de suas obrigações relativas ao programa.

No primeiro momento, indagamos sobre o histórico do Programa e como este funciona, desde os objetivos a quem se destina e como é aplicado.

“No meu entendimento o objetivo do programa é valorizar o pequeno agricultor e seus produtos produzidos... por conta que os pequenos produtor eles produz e quem faz toda uma produção são ele e aí quando o produto vai pra o mercado por mão de vários atravessador... e quem menos trabalhou é quem tem lucro maior.. e o programa ele veio pra dizer que é importante pra nós que somos o produtores e que esse importância seja feita no valor que você produziu” (OF1)

Podemos perceber no relato a importância da comercialização dos produtos para os pequenos agricultores através desse programa. Desse pensamento compartilha Mattei (2006) o autor comenta que diante da fragilidade dos canais de comercialização dos pequenos

agricultores familiares, qualquer melhoria por meio de uma política que os favoreça, ainda será vulnerável, de maneira que se interrompida, afetará os agricultores que não estejam suficientemente estabelecidos.

As representantes, OF2 e OF3 relataram nos seus discursos sobre o programa enfatizando a quem se destina e os seus benefícios, como podemos perceber: “O PAA é dar mais conforto e qualidade de vida aos beneficiários”. “Esse programa é um programa de aquisição alimentar né... ele é um programa assim, pra ajudar tanto as famílias que produzem como pra quem recebem, então esse programa é pra beneficiar as famílias que tem carências alimentar”

Quanto as unidades receptoras, elas são responsáveis pela recepção e distribuição dos produtos do programa. As três representantes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), são mulheres e ambas trabalham com o programa há 3 anos. Foram indagadas sobre o público a quem se destina o programa. UR1 relatou: “São aquelas famílias de baixa renda que tem... que recebe o bolsa família são priorizadas elas, a gente escolhe uma localidade pra gente fazer as entregas todo mês”. A UR2 expõe de forma mais específica o público que atendem, como relata: “As famílias do PAIF, os grupos de idosos, projeto criança feliz e as crianças do SCFV”.

Dessa forma, pelos relatos, nota-se que a distribuição está sendo feita de acordo com um dos objetivos do programa e condições específicas que são definidas pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA) pela resolução nº 81, de 9 de abril de 2018, distribuição à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

### **4.3 PAA: mudanças e percepções após a participação**

Nesta seção abordaremos as principais mudanças percebidas após a participação no programa, tanto em aspectos de produtividade quanto socioeconômicos, na percepção de beneficiários fornecedores e organização fornecedora. A respeito das principais mudanças na propriedade dos pequenos agricultores, indagamos que estes relatassem o antes e o depois das suas propriedades com a aquisição do programa.

Na maioria, percebemos que o programa trouxe algumas melhorias para as propriedades, principalmente quanto ao aperfeiçoamento dos processos de produção. BF1 relata: “Antes eu já plantava milho, feijão...depois do projeto aumentou a planta e agora a gente planta mandioca que não tinha, aumentou também os pé de caju”.

“Não... antes a gente tinha o hábito, por exemplo, a gente faz doce de caju, a gente só pegava, no período que tinha a safra, pegava a castanha, vendia, as vezes.. as vezes vendia o produto... o caju, mas acabava na maioria das vezes deixando pra os bichos... aí agora a gente aproveita o caju pra fazer doce”. (BF7)

Alguns relataram que existem dificuldades na produção por falta de chuvas frequentes na região, que possam vir a atingir as mudanças no plantio, como expõe:

“A mudança aqui só não é melhor por que não tem muita chuva né, aí a gente aqui não tem muita água pra cultivar tudo que a gente precisa...como a gente entrega sequilhos, essas coisas... se a gente tivesse água mesmo pra ter muita mandioca e tudo... era mais fácil”. (BF4)

BF8 comenta das mudanças e diversificação do plantio em períodos de chuva, como expõe no relato: “Quando eu comprei ela não tinha nada, hoje não... hoje já tem meu pé de coco, já tem a mandioca (que isso é meu sonho)... eu planto milho, planto feijão, abóbora, a melancia.. mas isso é o que?... período de inverno”.

No entanto, em outros relatos notamos que não houve variação de produção após o

programa, notamos na fala da BF3: “Plantava milho e feijão... e continuo plantando milho e feijão”. Como também BF6, que relata: “Não, eu não mudei nada... por que sempre trabalho plantando milho e feijão”. Os relatos sugerem a falta de assistência técnica na produção agrícola dos fornecedores e conseqüentemente a variação de produtos para entrega.

Um dos principais fatores que indicam a melhoria em seus aspectos sociais e econômicos na vida dos pequenos agricultores após a aquisição do programa pode ser visto como a mudança na renda desses beneficiários. Quando questionados, todos mencionaram que houve um aumento da renda. Identificamos que a maioria dos entrevistados utilizam o recurso para melhorar sua própria alimentação, como notamos no relato de BF1: “Melhorou...até através da alimentação... você teve condição de comprar seus alimento melhor, através da mistura, da verdura, pôde ajudar em casa”. BF4 comenta: “É... melhorou... por que a gente compra... não é só o arroz e o feijão, tem como a gente comprar uma mistura melhor, comprar um calçado pros filho”.

Além disso, percebemos que o recurso do programa possibilita aos beneficiários o poder de compra sobre necessidades básicas de seus lares, garantindo um pouco mais de bem estar às famílias, como relata:

“Pra mim foi muito bom... com só em você num ficar devendo aos outros... isso já é uma bondade [...] “Dar deu comprar umas coisas pra casa, dar deu tirar um pouquinho pra me arrumar que antes eu não me arrumava... (parecia uma doida rrs!) hoje dar deu me arrumar mais arrumadinha”. (BF8)

BF4 fala: “Em relação pra gente a sociedade é melhor por que a gente não tinha esse recurso pra investir pra filhos na casa da gente e agora tem”. Para o BF6 o programa além de outros benefícios proporcionou uma renda antes inexistente, como expõe: “A mudança é o seguinte, por que antes eu não tinha renda nenhuma né” [...] “Aí então mudou por que agora eu tenho essa renda né?! [...] “Fiz algumas coisas... fiz barreiro... tá dando pra ir me mantendo, comprando meus remédios”. Em relação às mudanças nos aspectos sociais e econômico, de forma geral, podemos dizer que houve sim, uma mudança considerável para os beneficiários, ganharam poder de compra, e conseqüentemente puderam melhorar suas propriedades e os meios de produção; melhorar sua alimentação; comprar utensílios domésticos, vestimentas, etc.

Isso se confirma também no depoimento de um dos representantes das organizações fornecedoras, como na narrativa:

“Esse projeto veio pra valorizar a produção dos agricultores por que já vem diretamente sem atravessador... Nesse caso a melhoria seria por que eles recebem uma renda maior e também por que eles não tem muito espaço na sociedade, não tem emprego e o que eles produzem eles já vão vender e alí já é um meio de vida pra eles, com certeza tem melhorado muito as famílias”. (OF3)

Um dos representantes das organizações fornecedoras relata também a importância do programa para o avanço e desenvolvimento da associação:

“Olha... a associação quando criada dentro da comunidade a gente viu as família com pouco interesse de participação por que não tinha incentivo de valorização... quando veio o programa que o fornecedores começaram o fornecer e que o resultado foi positivo gerando pra eles um benefício diferenciando na sua vida... até pessoas distante que passaram a conhecer, chegava pra gente e queria entrar também... então isso pra gente foi um avanço muito grande, pras família e também pra associação que criou credibilidade... ela não é só uma associação que faz uma reunião e que tem uma taxa mensal, mas é uma associação que tem retorno aos associado”. (OF1)

As informações que surgiram a partir das entrevistas, da pesquisa documental e das observações, alinham-se com os aspectos levantados na literatura. Vilella (2006), nos relata que ao garantir a compra da produção familiar, possibilita-se maior estabilidade à atividade agrícola e garante-se ocupação e renda ao produtor em seu próprio local, com o que se incentiva a permanência e a inclusão social no campo. Com melhores condições de vida, o agricultor e sua família passam a desenvolver a atividade de forma mais ampla e sistemática, explorando com maior racionalidade o espaço rural.

#### **4.4: Dificuldades no processo de implementação do PAA**

Nesta seção mostraremos as dificuldades no processo de aquisição e aplicação do programa, o nível de satisfação dos beneficiários em relação a alguma assistência prestada no processo produtivo e a qualidade dos produtos oferecidos na região. A maioria dos entrevistados menciona melhorias vindas após a aquisição do programa, partindo dessas melhorias, buscamos descobrir a existência de alguma dificuldade quanto à aquisição e/ou aplicação do programa.

Sobre a participação do programa, a maioria dos entrevistados, os beneficiários fornecedores, negaram qualquer dificuldade, como na fala de BF3: “Até agora não achei não... eu acho é bom!”. Como também BF7: “Pra gente graças a Deus não tem muita dificuldade não”. Em contato durante as entrevistas alguns relataram que para ter acesso ao programa, é importante ser participativo nos movimentos das associações, como menciona BF9: “Não tem dificuldade, é só participar... participar, das reunião... se a pessoa ficar só em casa parado né... não acontece nada”

Já outros, como os representantes das organizações, afirmam que o projeto necessita de muitos documentos para ser adquirido, BF1 comenta: “As exigência são grandes... são muitas exigência pra o tamanho do projeto cada vez que se faz uma etapa é mei mundo de documento que se pede”. Além de relatos sobre dificuldades com documentação, outro representante relatou sobre exigências estruturais do programa, notamos na fala:

“Dificuldade da gente fazer, pelo trabalho a gente não tem, mas só que é uma grande exigência né... por que eles exigem muito... é claro que quem trabalha com produto de alimento tem que ter todo uma estrutura boa pra trabalhar com aquilo.. e assim, o programa não cobre a estrutura e os agricultores não tem condições de ter aquela estrutura”. (OF3)

Ainda sobre as dificuldades, alguns beneficiários fornecedores afirmaram que existe dificuldades, mas em relação ao transporte dos produtos até as unidades recebedoras e a necessidade de um local adequado para a produção dos alimentos de entrega. Como podemos perceber na fala do BF4: “O difícil mesmo é que a gente não tem o local ainda adequado do programa, da gente mesmo, por que é na casa de uma pessoa, não é um local pra gente mesmo, a gente quer fazer um galpão pra gente”. BF5 comenta: “O que eu acho assim é que a gente não tem o transporte pra levar, o lugar pra gente trabalhar, entendeu?”

Cordeiro (2007) comenta na sua obra que, de fato, essas são algumas dificuldades do programa, ele cita: a falta de informação acerca do funcionamento do programa, necessidade de aprendizagem dos envolvidos que são responsáveis pela sua execução, a infraestrutura e a organização do programa, dificuldade no transporte dos produtos e assistência técnica.

Ao indagarmos os beneficiários sobre a assistência prestada por sua própria organização fornecedora, eles foram unânimes em dizer que a assistência da associação é suficiente para que eles consigam exercer bem suas atividades. Porém, em entrevista com as organizações foi relatado uma deficiência em assistência técnica, como podemos perceber no da OF1: “A dificuldade que nós temos..é.. de lidar com o programa é a falta de técnico dentro da comunidade de pessoas que sabem lidar com a questão das prestações de conta, com a

documentação”.

Vimos que na realidade não se trata de fato de uma assistência e sim do acompanhamento capacitado de membros da organização fornecedora para a aquisição do programa. Sobre a necessidade de assistência técnica prestada no processo produtivo por algum outro órgão do poder público, a maioria dos entrevistados disseram que não é oferecido. Notamos no relato do BF6: “Não, nós não temos técnico não... Na verdade os técnicos somos nós mesmo” [...] “É por que nos planta na hora que dá... tem gente que diz que precisa da lua, que precisar de... Nós não, nós planta, choveu nós planta”. Através das entrevistas podemos dizer que essa carência de assistência no processo produtivo pode configurar uma dificuldade para a expansão do PAA, uma vez que, limita a qualidade, quantidade e diversidade dos produtos que são oferecidos aos beneficiários consumidores. Podemos observar a necessidade em uma das unidades receptoras, na fala da UR3: Eu acharia melhor mudar a parte dos bolos... pra outros produtos né?!... Melhorar mais vindo outros produtos né?!”.

Em relação a qualidade dos produtos que são oferecidos ao público em situação de insegurança alimentar, alguns fornecedores informaram que a nutricionista da unidade receptora, acompanha o recebimento, onde avalia e orienta sobre a qualidade e produção, comenta BF9: “Mulher, tem a nutricionista do Geminiano... ela dá uma orientação como é que faz, mais ou menos, por que ela não quer que faça nada doce demais, ela fez uma reunião e disse como era pra fazer... aí a gente diminuiu mais no açúcar, no óleo”.

Ao entrevistarmos as unidades receptoras, todas se dizem satisfeitas com a qualidade dos produtos, apesar da pouca variação que notamos deles. Como pode ser percebido nas falas da UR1: “A qualidade é boa, de boa qualidade” [...] “Os produtos, os bolos, vem todos embalados, goma... doces também”. UR3 mencionou que as famílias que recebem estão satisfeitas até então: “As famílias que recebem ficam satisfeita e diz que é satisfatório, por que os produtos são bons... e aí a gente sempre tá observando, as famílias também nunca chegaram aqui pra gente reclamando, então tá satisfazendo a todos”. Notamos também nas entrevistas que os produtos são entregues, geralmente, em cestas ou sacolas e que a quantidade é determinada de acordo o número de membros por família.

Quando solicitamos a opinião dos entrevistados sobre algo que gostariam de mudar no programa, muitos dos beneficiários fornecedores enfatizaram que estão satisfeitos. Porém, falaram a respeito do período de duração da proposta, que para maioria deles consideram ser curto e que seria ideal a continuidade do programa durante o ano. BF1 comenta: “Ah... pra mim tá bom, a melhoria seria se fosse assim, se continuasse todo tempo, o verão todim, por que de primeiro quando terminava uma etapa já tinha outra, hoje não... aí já senti falta quando termina, sabe?”.

Alguns, além da continuidade mencionaram o valor das propostas do projeto, em possíveis aumentos. Conforme a fala do BF6: “Pra mudar só se fosse pra gente receber mais um poquim, seria invés de quatro mil, ser o menos oito ou dez que daria o ano todo né... a entregas o ano todo que a gente sabia que tinha essa renda extra o ano todo”. Como haviam mencionado nas dificuldades, alguns fornecedores gostariam que as mudanças fossem relacionadas a estrutura e transportes para os produtos. Relata BF4: “Só o coisa mesmo, da gente ter o local da gente mesmo” [...] “o lugar pra trabalhar, o transporte, essas coisas”.

Para as organizações fornecedoras a mudança ideal seria a diminuição de burocracias e exigências do programa. A OF1 comenta que o público do programa se trata de pessoas sem muitas instruções e que por isso dificulta a tramitação dos projetos:

“Se fosse pra mudar no programa, é essas exigência de tanto papeis... a burocracia! Por que eles tem que entender que são leigos, são pequenos produtor que tão alí, que o público fornecedor tem muitos que não sabem nem assinar o nome, toda entrega são novos papeis, os próprios fornecedor não entendem”. (OF1)

Sobre as unidades receptoras e se fosse possível fazer mudanças no programa, as representantes falaram sobre um possível aumento na quantidade dos produtos em razão do grande número de famílias que precisam ser atendidas no município. A UR2 comentou que mudaria a comunicação e assistência do programa que para ela é carente e UR3 externou que mudaria um produto de entrega pois é produzido um dia antes e para a entrega não é recebido na forma ideal, na sua visão, como relata: “Se possível, pudesse mudar a parte de rosca, por que sempre assim.. eles faz esse produto a noite pra entregar nos outros dia... e aí pra fazer essa distribuição a rosca ela não fica molinha, já fica mais dura”

Portanto, perante as análises realizadas, percebemos o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na vida de pequenos agricultores familiares da microrregião de Picos-PI, São agricultores de baixa renda que buscam, com esse programa, conseguir melhores condições de vida e bem-estar. Bem como, melhorias para as associações que tem a oportunidade de crescer junto a seus membros e os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional, aqueles atendidos pela rede socioassistencial que são beneficiados com o programa. Além disso, percebemos que essas pessoas vêm aos poucos conseguindo independência, mostrando que as atividades rurais estão deixando de ser meras atividades de subsistência, mudando para uma visão empreendedora que busca um crescimento econômico e social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, tivemos o objetivo de compreender como o programa de aquisição de alimentos operacionalizado pela Conab influencia nos aspectos sociais e econômicos dos agentes beneficiados da microrregião de Picos-PI. Entre os entraves da pesquisa podemos destacar resistência na aplicação das entrevistas com os pequenos produtores em expressar alguns fatos, como a renda mensal, a assistência técnica durante o projeto, relatar as mudanças socioeconômicas com a participação no programa e possíveis dificuldades.

Através da coleta de dados, pudemos perceber que a participação de mulheres é prioridade para a participação nos projetos e que através dessas políticas públicas inclusivas, as pessoas de baixa renda de forma geral conseguem acesso ao programa, inclusive as mulheres agricultoras fator importante para geração de renda, significa em melhoria da sua condição socioeconômica, da sua autonomia econômica e da ampliação e potencialização da sua organização produtiva. Permite-lhes desenvolver atividades próprias ou complementares à do cônjuge, o que representa uma contribuição do Programa à busca pela igualdade de gênero no campo.

Constatamos que, o programa trouxe algumas melhorias para as propriedades dos fornecedores, principalmente quanto ao aperfeiçoamento dos processos de produção. Apesar, das dificuldades por questões climáticas, a falta de chuvas frequentes na região e os longos períodos de estiagem que dificultam o desenvolvimento das atividades. No entanto, constatamos que mesmo com a participação no programa alguns fornecedores não mencionaram mudança alguma no seu plantio, o que sinaliza a falta de assistência técnica na produção ao longo do projeto.

Durante as visitas e entrevistas, foi possível perceber uma mudança não só na renda e, conseqüentemente, nos aspectos socioeconômicos, percebemos que o recurso do programa possibilita aos beneficiários o poder de compra sobre necessidades básicas de seus lares, garantindo um pouco mais de bem-estar às famílias. Quando questionados, todos mencionaram que houve um aumento da renda e identificamos que a maioria dos entrevistados utilizam o recurso para melhorar sua própria alimentação. Além disso, podemos destacar a importância do programa para o avanço e reconhecimento das unidades fornecedoras (associações de agricultores) bem como, para o público dos centros assistenciais e comunidades beneficiadas com o projeto, pessoas que se encontram em situação de

insegurança alimentar, crianças, grupos de idosos, etc.

Outro aspecto observado no estudo foi a produção de base agroecológica. Alguns dos agricultores entrevistados mostraram produções de base agroecológica, que mesmo sem o acompanhamento ou formação específica/técnica no assunto, através das próprias experiências conseguem manter um índice nos seus cultivos, porém, se esses tivessem de fato uma instrução por parte das organizações fornecedoras ou órgãos públicos competentes, certamente poderiam melhorar ainda mais a produção.

Portanto, percebemos a importância do Programa de Aquisição de Alimentos para os pequenos agricultores familiares, associações e as entidades socioassistenciais na microrregião de Picos, o qual tem forte dimensão social na vida de pessoas de baixa renda beneficiadas por uma política pública. Assim, vimos que o PAA busca impactar de forma positiva na vida dessas pessoas, proporcionando oportunidades para a execução de atividades produtivas na zona rural, inclusão financeira dos agricultores (as) familiares e a redução de desigualdades.

Verificamos também que ainda há pouca assistência técnica voltada a produção agrícola e durante a execução do projeto. Nesse sentido, destacamos a necessidade de assistência técnica dos órgãos públicos responsáveis, pois dessa forma a programa poderia se expandir cada vez mais e gerando mais impacto na vida de pequenos agricultores, e demais beneficiários, Notamos ao longo da pesquisa que há poucos estudos voltados aos beneficiários desse programa na região. Nesse sentido, destacamos a necessidade de novas pesquisas no âmbito dessa temática para melhor entender as dimensões do impacto do programa na vida dos beneficiados, a viabilidade do programa e sua continuação, além da efetividade das pretensões do programa.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, C. C.; FONSECA, B. C. **Evolução, acesso e efetividade das políticas públicas para a agricultura familiar no governo Lula: um estudo do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Viçosa, Minas Gerais.** Extensão Rural, Santa Maria, v. 21, n.3, p.121-145, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/7854>>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- ALMEIDA, T. S. **Desafios institucionais e organizacionais para a execução do programa de aquisição de alimentos (PAA) da agricultura familiar: o caso do município de Gravataí-RS.** Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: UFRGS, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/116487>>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** FAV/UnB: Brasília. Disponível em: <[http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20Iara%20Altafin%20-%202007\\_0.pdf](http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20Iara%20Altafin%20-%202007_0.pdf)>. Acesso em: 21 abril. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979
- BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.
- BUAINAIN, A. M. (Coord.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos.** Campinas: UNICAMP, 2007.
- CARNEIRO, Maria José. **Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas.** In: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, R.J.; BRUNO, R. (org.). Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 329.
- CARNEIRO, Maria José; MALUF Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar.** *Cadernos CEAM*, Brasília, v. 5, n. 17, p.43058, 2005
- CERQUEIRA, P. S., ROCHA, A. G. e COELHO, V. P. **Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia.** *Revista Desenbahia*, v. 3, p. 55-78, 2006.
- CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no Estado de Sergipe.** Brasília: IPEA, 2010 (Texto para Discussão, 1510).
- CRUZ, K. C. M. dos S. **Análise da Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Companhia Nacional de Abastecimento no período 2003- 2015: estudo de caso sobre a modalidade Compra com Doação Simultânea.** 2016. 42 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2016.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/>> . Acesso em: 28 fev. 2019.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos–PAA: a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/)>. Acesso em: 20 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, edá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)>. Acesso em: 2019.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. Brasília: IPEA, 2005.

DELGADO, G. C. **“Relatório de Avaliação do PAA III – Síntese”**. Brasília, 2013, 21p.

DIAS, T. F. e ROCHA, L. A. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte – 2005 a 2011. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 16-25, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (organizadores). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GARRIDO, H. C. C. (2015). **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso Colombiano**. *Revista Nera*, 26, 51-69.

GOMES, A. e BASTOS, F. Limites e possibilidades da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 1, n. 1, 2007.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pósgraduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

HESPANHOL, R. A. M. **Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar**. *Sociedade & Natureza*, v. 25, n. 3, p. 469-483, set./dez. 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Política de Comercialização Agrícola no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Brasil em Desenvolvimento 2010: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. v. 2, p. 311–325.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03//>](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03//>) . Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 2019.

MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. F. L.; ANDRADE, A. G. F. de. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo:** agricultura de proximidade em questão. Ruris, Campinas, v.8, n.1, p.63-89, 2014.

MARTINS, Sergio Paganini.; CAVALCANTI, Lita Isabel. **Avaliação do impacto da execução do PAA no estado do Rio Grande do Norte. Sociedade e desenvolvimento rural**, Brasília, v. 1, nº 1, 2007. Disponível em: <http://www.inagrodf.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/27/24>. Acesso em: 23/05/2019.

MATTEI, Lauro F. **Estudos de impactos do PAA em municípios selecionados de Santa Catarina.** Relatório de pesquisa para convênio FAO-FUBRA/UNB. Florianópolis (SC), abr. 2006.

MATTEI, L. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA):** antecedentes, concepção e composição geral do Programa. *Cadernos do CEAM* (UnB), v. 7, p. 33-44, 2007.

MATTEI, L. et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva:** apontamentos e questões para o debate. In: ROMANO, J. e HERINGER, R. (Orgs.). *A política vivida: olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2011.

MDA, SAF/SEAF. **Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).** Disponível em:<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf/declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap>>. Acesso em 02/04/2019.

MDA, Carta de Serviço ao Usuário. **PAA Compra com Doação Simultânea.** Disponível em:<<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/alimentacao-e-acesso-a-agua/doacao-simultanea>>. Acesso em 02/03/2019.

MULLER, A.L. **A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil:** o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre – RS, 2007.

MÜLLER, A. L., SILVA, M. K. e SCHNEIDER, S. A. **A construção de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil:** o Programa de Aquisição de Alimentos. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 20, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia Científica:** um manual para realização de pesquisas em Administração/ Maxwell Ferreira de Oliveira. – Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.

ORTEGA, A. C., JESUS, C. M. e SÓ, L. L. S. **O PAA-leite na Bahia e em Minas Gerais: uma avaliação preliminar de seus modelos de implementação.** Cadernos do CEAM, v. 5, n. 24, p. 57-89, ago. 2006.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. **Economia e finanças.** Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Publicado em: 08 jun. 2019. Acesso: 15/03/2019.

PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.23, n.1, p. 33-43, 2014.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo Hamburgo: Feevale, 2. ed. 2013.

SALGADO, R. J. S. F. e DIAS, M. M. **Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/MG.** Revista Perspectivas em Políticas Públicas, v. 6, n. 11, 2013.

SILVA, T. C., ROSA, P. R. e AMODEO, N. B. P. **A importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos territórios da cidadania dos Estados de Minas Gerais e da Bahia:** Criação de novos mercados a partir da visão dos agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER). *Mundo Agrário*, v. 15, n. 29, ago. 2014.

SOARES, A., BARROS, A. R. e MAGALHÃES, A. M. **Estudo sobre os benefícios do PAA-leite: produtores e consumidores.** In: PAES-SOUZA, R. e VAITSMAN, J. Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS, n. 5, 2007.

SOUZA, P. M. e BARBE, L. C. **Desigualdades regionais na distribuição dos financiamentos do Pronaf: uma análise do período de 1998 a 2012.** *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, p. 31-43, 2014. Suplemento.

SOUZA FILHO, O. T. de. **O agronegócio na agricultura familiar.** Monografia (Especialização em Gestão da Informação no Agronegócio). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2004, 40p.

SPAROVEK, G.; PLATA, L. A. E.; MAULE, R. F.; MAULE, F. E.; KLUG, F. S. F.; KLUG, I. L. F.; GOLDSZMIDT, R.; FERNANDES, R. L.; CAMARGO, R. A.; MARTINS, S. P. **Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA: região Nordeste.** In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate – síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS, n. 5, 2007. p. 62-64.

TRICHES, R. M. e GRISA, C. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** *Revista NERA*, v. 18, n. 26, p. 10-27, 2015.

VIEIRA, Débora de F A; VIANA, Carla A. do S. **O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/>

agriculturaFamiliar/arquivos/PAA\_e\_sua\_relacao\_com\_o\_mododefuncionamento\_da\_AF.pdf. Acesso em: 23/05/2019.

VIANA, C.; VIEGAS, G. L. **PAA: evolução das operações**. In: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Agricultura e abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola. Brasília: CONAB, 2009. p. 146-154.

VILELLA, Raquel Alves e colaboradores, **Folha da CONAB**, - ano V - n.º Brasília: NUPIN, agosto 2006. Disponível em: <  
[http://www.mundojuridico.adv.br/sis\\_artigos?artigos.asp?codigo=596](http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos?artigos.asp?codigo=596)>. Acesso em: 02/06/2019.

Yin R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

## **APÊNDICE A - Roteiro Aplicado aos Beneficiários Fornecedores**

- Nome
- Idade
- Sexo
- Escolaridade
- Estado civil (atividade profissional do cônjuge)
- Filhos ( quantidade/quantos estudam e/ou trabalham e se trabalham com a agricultura)
- Profissão
- Recebe algum benefício do governo? Se sim, qual (is) ?
- Renda (com ou sem benefício)?
- Qual a sua condição de posse e uso da Terra?
- Como tomou conhecimento do Programa de Aquisição de Alimentos? (É beneficiário desde quando? Qual valor recebido?)
- Relate como era sua propriedade antes e depois do programa (qual era a renda mensal antes de se tornar um beneficiário do Programa? Houve aumento da renda familiar?)
- Quais as principais mudanças depois de fazer parte do Programa de Aquisição de Alimentos? (mudanças nos aspectos socioeconômicos/produktividade)
- Quais as principais dificuldades em relação ao Programa? (Quanto a aquisição/aplicação)
- Existe algum tipo de assistência técnica na produção agrícola e durante o projeto? Caso sim, por quem é prestada (orgão)? (se surte efeito?) Se não, quais as dificuldades ou necessidades relacionadas a assistência?
- Você considera suficiente a assistência prestada pela organização fornecedora do Programa? Se possível, o que você gostaria de mudar no Programa de Aquisição de Alimentos?

## **APÊNDICE B - Roteiro Aplicado a Organização Fornecedora (Associações)**

- Nome
- Idade
- Sexo
- Escolaridade
- Cargo
- Desde quando trabalha com o PAA?
- Explique como funciona o programa (objetivos, a quem se destina, como é aplicado).
- Na sua concepção que benefícios o Programa traz para aos Pequenos Agricultores Familiares e as entidades socioassistenciais? Quais os principais impactos do Programa para os pequenos agricultores e entidades socioassistenciais após receber sua orientação?
- Em sua opinião, existe alguma dificuldade em relação ao programa? (Quanto a aquisição/aplicação)
- Existe assistência técnica na produção agrícola dos fornecedores que sejam prestadas por vocês ou por outro órgão durante o projeto? Caso sim ou não, existem dificuldades ou necessidades relacionadas a assistência?
- Levando em considerações a convivência com os beneficiários, você acha que houve melhoria de vida destes?
- Cite alguma situação prática que para você justifica o trabalho realizado por organização fornecedora/associações no Programa de Aquisição de Alimentos?
- Se possível, o que você gostaria de mudar no Programa?

**APÊNDICE C - Roteiro Aplicado a Unidade Receptora (CRAS)**

- Nome
- Idade
- Sexo
- Escolaridade
- Cargo
- Desde quando a unidade trabalha com o PAA?
- Qual o principal público da unidade?
- Como e quando é feita a recepção dos produtos do PAA? De que forma os produtos são recebidos?
- Sobre a qualidade dos produtos, é satisfatória? Se não, ao que é atribuído a falta de qualidade?
- Quando e como são distribuídos os produtos? (São distribuídos em cestas?)
- Existem dificuldades quanto ao recebimentos e a distribuição dos produtos?
- Você considera suficiente a assistência técnica prestada pela organização fornecedora (ou outro órgão) do Programa?
- Se possível, o que você gostaria de mudar no Programa de Aquisição de Alimentos?



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

**Identificação do Tipo de Documento**

- ( ) Tese
- ( ) Dissertação
- ( ) Monografia
- (X) Artigo

Eu, Pedro Michel Moura de Araújo Veloso, Song Santos Maria Soares  
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de  
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,  
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação  
Programa de Aquisição de Alimentos: Análise dos Impactos  
Socioeconômicos do Programa na microrregião de Picos - PI  
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título  
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 13 de Janeiro de 20 20.

Pedro Michel Moura de Araújo Veloso  
Assinatura

Song Santos Maria Soares  
Assinatura